



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.

Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

**MEMÓRIA HISTÓRICA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL:
SILENCIAMENTOS, APAGAMENTOS E DISPUTAS NARRATIVAS**
HISTORICAL MEMORY OF SLAVERY IN BRAZIL: SILENCING,
ERASURE, AND NARRATIVE DISPUTES
**MEMORIA HISTÓRICA DE LA ESCLAVITUD EN BRASIL:
SILENCIAMENTOS, BORRAMIENTOS Y DISPUTAS NARRATIVAS**

RESUMO

Este artigo analisa a construção da memória histórica da escravidão no Brasil e os processos de silenciamento que marcaram sua consolidação narrativa. Parte-se do pressuposto de que a memória social não constitui registro neutro do passado, mas resultado de enquadramentos seletivos que definem o que deve ser preservado ou marginalizado. O objetivo geral consiste em examinar como a memória oficial da escravidão foi estruturada e de que modo suas lacunas contribuíram para a naturalização de desigualdades raciais no período pós-abolição. Como objetivos específicos, investigam-se a formação da narrativa oficial, o papel do mito da democracia racial na neutralização do conflito histórico e as disputas contemporâneas pela interpretação do passado escravocrata. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa de natureza teórico-bibliográfica, fundamentada na articulação entre estudos sobre memória coletiva, mal de arquivo e racismo estrutural. Os resultados indicam que o apagamento da violência escravocrata não se deu pela ausência de registros, mas por sua reorganização simbólica, produzindo uma narrativa de encerramento histórico. Conclui-se que a memória da escravidão permanece campo de disputa interpretativa e que seus silenciamentos desempenham papel relevante na sustentação simbólica das hierarquias raciais contemporâneas.

Palavras-chave: Memória histórica; escravidão; silenciamento; apagamento; racismo estrutural.

ABSTRACT

This article analyzes the construction of the historical memory of slavery in Brazil and the processes of silencing that shaped its narrative consolidation. It is based on the assumption that social memory does not constitute a neutral record of the past, but rather the result of selective frameworks that define what should be preserved or marginalized. The general objective is to examine how the official memory of slavery was structured and how its gaps contributed to the naturalization of racial inequalities in the post-abolition period. Specifically, the study investigates the formation of the official narrative, the role of the myth of racial democracy in neutralizing historical conflict, and contemporary disputes over the interpretation of the slave past. Methodologically, this is a qualitative, theoretical-bibliographic study grounded in the articulation between studies on collective memory, archive theory, and structural racism. The results indicate that the erasure of enslaved violence did not occur through the absence of records, but through their symbolic reorganization, producing a narrative of historical closure. It is concluded that the memory of slavery remains a field of interpretative dispute and that its silences play a significant role in sustaining contemporary racial hierarchies.

Keywords: Historical memory; slavery; silencing; erasure; structural racism.

RESUMEN

Este artículo analiza la construcción de la memoria histórica de la esclavitud en Brasil y los procesos de silenciamiento que marcaron su consolidación narrativa. Se parte del supuesto de que la memoria social no constituye un registro neutro del pasado, sino el resultado de encuadramientos selectivos que determinan lo que debe ser preservado o marginado. El objetivo general es examinar cómo se estructuró la memoria oficial de la esclavitud y de qué manera sus vacíos contribuyeron a la naturalización de las desigualdades raciales en el período posterior a la abolición. Como objetivos específicos, se investigan la formación de la narrativa oficial, el papel del mito de la democracia racial en la neutralización del conflicto histórico y las disputas contemporáneas por la interpretación del pasado esclavista. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa de carácter teórico-bibliográfico, fundamentada en la articulación entre estudios sobre memoria colectiva, archivo y racismo estructural. Los resultados indican que el borramiento de la violencia esclavista no se produjo por ausencia de registros, sino por su reorganización simbólica, generando una narrativa de clausura

histórica. Se concluye que la memoria de la esclavitud permanece como un campo de disputa interpretativa y que sus silenciamientos desempeñan un papel relevante en la sustentación simbólica de las jerarquías raciales contemporáneas.

Palabras clave: Memoria histórica; esclavitud; silenciamiento; borramiento; racismo estructural.

1 INTRODUÇÃO

A memória histórica da escravidão no Brasil constitui um campo marcado por disputas simbólicas e políticas. Ao longo da formação da identidade nacional, consolidou-se uma narrativa oficial que minimizou a violência do sistema escravocrata e reduziu a centralidade das experiências de sofrimento, resistência e protagonismo da população negra. Nesse sentido, a memória envolve processos de seleção, organização e exclusão que estruturam a compreensão histórica de uma sociedade (Halbwachs, 1990; Le Goff, 1994; Nora, 1993).

A construção dessa memória esteve associada à formulação de uma narrativa nacional baseada na ideia de conciliação racial. O mito da democracia racial operou como mecanismo de neutralização do conflito histórico, encobrendo desigualdades e naturalizando hierarquias sociais herdadas da escravidão. Esse processo contribuiu para a consolidação do racismo estrutural, entendido como um fenômeno que organiza material e simbolicamente a sociedade brasileira (Almeida, 2021).

A perspectiva do mal de arquivo, proposta por Derrida (2001), permite compreender que a memória histórica é constituída tanto por registros quanto por apagamentos. No contexto brasileiro, a escravidão foi marcada por processos de silenciamento, destruição documental e marginalização de narrativas negras, configurando práticas associadas às políticas do esquecimento.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo geral analisar a construção da memória histórica da escravidão no Brasil e seus silenciamentos. Como objetivos específicos, busca-se investigar a formação da narrativa oficial, analisar o papel do mito da democracia racial e identificar disputas contemporâneas em torno da interpretação do passado escravocrata.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Memória coletiva e construção histórica

A memória não corresponde a um simples repositório de fatos passados, mas a um processo social de construção e reconstrução orientado por quadros coletivos. Maurice Halbwachs sustenta que toda memória é socialmente situada, sendo moldada por grupos que determinam o que deve ser lembrado e o que tende ao esquecimento. A recordação individual encontra-se sempre inserida em estruturas coletivas que organizam sentidos e hierarquizam acontecimentos (Halbwachs, 1990).

Memória e história não se confundem, embora se relacionem de forma constante. A memória integra disputas políticas e simbólicas, podendo ser mobilizada como instrumento de poder. A história, por sua vez, participa da organização dessas lembranças, ora reforçando narrativas consolidadas, ora tensionando-as. A memória coletiva, nesse contexto, constitui espaço de conflitos e seleções (Le Goff, 1994).

Nesse contexto, se introduz a noção de lugares de memória para designar espaços simbólicos nos quais se cristalizam disputas narrativas sobre o passado. Esses lugares emergem quando a memória viva se fragiliza e a sociedade passa a investir em dispositivos de preservação e representação. A constituição desses marcos revela processos de institucionalização e enquadramento da memória histórica (Nora, 1993).

2.2 Arquivo, apagamento e políticas do esquecimento

A reflexão sobre o arquivo permite compreender os mecanismos que estruturam a memória histórica. Jacques Derrida argumenta que o arquivo é atravessado por forças instituidoras e conservadoras que determinam tanto a preservação quanto a exclusão de registros. O mal de arquivo indica que todo processo arquivístico envolve seleção, autoridade e possibilidade de destruição, evidenciando que o registro do passado não é neutro (Derrida, 2001).

No contexto brasileiro, a formação da memória da escravidão esteve associada a processos de silenciamento e apagamento documental. A destruição de registros e a marginalização de narrativas negras configuram práticas que podem ser compreendidas como políticas do esquecimento. O conceito de memoricídio designa

a eliminação deliberada de vestígios históricos de determinados grupos sociais, comprometendo a transmissão de suas experiências (Missiato, 2021).

O papel ambivalente do esquecimento e da destruição nos processos de construção da memória social indica que o esquecimento pode operar tanto como um mecanismo espontâneo quanto como um instrumento de dominação simbólica, especialmente quando vinculado à eliminação de patrimônios culturais e registros históricos (Ferreira, Juvêncio, 2025).

Ao examinar a escravidão sob a perspectiva do mal de arquivo, percebe-se que o passado escravocrata brasileiro é marcado por dinâmicas de apagamento e reconfiguração narrativa, revelando que a memória da escravidão não se estrutura apenas a partir do que foi registrado, mas também a partir das lacunas produzidas por silenciamentos históricos (Veríssimo, 2020).

2.3 Escravidão, racismo estrutural e mito da democracia racial

A escravidão constituiu elemento estruturante da formação social brasileira, repercutindo nas hierarquias raciais e nas desigualdades contemporâneas. Observa-se a permanência de mecanismos de exclusão no período pós-abolição, evidenciando a continuidade de práticas discriminatórias sob formas renovadas. Esse processo é caracterizado como genocídio simbólico e material da população negra (Nascimento, 1978).

Nessa perspectiva, o racismo estrutural configura-se como fenômeno inscrito na organização política, econômica e jurídica da sociedade. Não se limita a práticas individuais, mas integra a estrutura social que naturaliza desigualdades e reproduz privilégios raciais, vinculando-se à herança escravocrata e ao modo como sua memória foi historicamente enquadrada (Almeida, 2021).

O mito da democracia racial operou como narrativa conciliatória que obscureceu conflitos raciais e diluiu a centralidade da violência escravocrata na formação nacional. Ao sustentar a ideia de harmonia entre grupos raciais, contribuiu para a minimização da violência histórica e para a despolitização da desigualdade racial, consolidando formas simbólicas de silenciamento (Almeida, 2021).

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e caráter exploratório-analítico. Trata-se de uma investigação teórico-bibliográfica, fundamentada na análise de produções clássicas e contemporâneas sobre memória coletiva, arquivo, escravidão e racismo estrutural no Brasil.

A estratégia metodológica baseia-se na articulação de três eixos analíticos: memória histórica, políticas de apagamento e disputas narrativas. A análise foi realizada por meio de leitura interpretativa das obras selecionadas, com foco na identificação de convergências e tensões teóricas.

Não se trata de pesquisa empírica com coleta de dados primários, mas de uma análise teórico-discursiva orientada pela problematização da memória histórica como campo de disputa simbólica.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 Seletividade da memória na construção da narrativa da escravidão

A literatura sobre memória coletiva indica que o passado é constantemente reorganizado pelas demandas do presente. Halbwachs (1990) afirma que a memória depende dos quadros sociais que a sustentam, evidenciando seu caráter seletivo. No contexto da escravidão brasileira, essa seletividade assume caráter estruturado, contribuindo para a reorganização da narrativa nacional.

Le Goff (1994) destaca que memória e poder se articulam na definição do que é transmitido como herança histórica. No Brasil, a valorização da abolição como marco civilizatório deslocou a centralidade da violência escravocrata para a celebração de seu término, produzindo um efeito de encerramento narrativo e atenuando o conflito racial.

Nora (1993) complementa essa análise ao afirmar que os lugares de memória cristalizam versões estabilizadas do passado. No caso brasileiro, essa estabilização ocorreu também por meio da consolidação de uma gramática histórica que naturalizou

a escravidão como etapa superada, contribuindo para a diluição de sua centralidade na memória social.

4.2 Apagamento histórico e produção de lacunas na memória da escravidão

Derrida (2001) aponta que o arquivo não apenas conserva, mas institui autoridade sobre o passado. No Brasil, a destruição de documentos relativos à escravidão não eliminou o acontecimento histórico, mas reorganizou o campo do dizível, produzindo lacunas que condicionaram sua narrativa.

Veríssimo (2020) demonstra que a memória da escravidão foi construída sob tensão entre registro e apagamento. A reorganização documental e historiográfica resultou em uma memória que reconhece a existência da escravidão, mas reduz sua dimensão estruturante, desvinculando-a das desigualdades contemporâneas.

Nessa mesma direção, Missiato (2021) utiliza o conceito de memoricídio para caracterizar a supressão sistemática de vestígios históricos da população negra. O apagamento não se limita à destruição material, mas envolve a marginalização de narrativas e experiências. Ferreira e Juvêncio (2025) reforçam essa interpretação ao indicar que o esquecimento pode operar como mecanismo constitutivo da memória social.

4.3 Racismo estrutural e disputas contemporâneas pela memória

Ao ser articulada ao mito da democracia racial, a narrativa histórica da escravidão é identificada como estratégia de neutralização do conflito histórico, ao encobrir a permanência da exclusão racial no pós-abolição (Nascimento, 1978).

Almeida (2021) aprofunda essa discussão ao conceituar o racismo estrutural como fenômeno inscrito na organização da sociedade. A memória atenuada da escravidão contribui para sustentar essa estrutura ao dissociar as desigualdades contemporâneas de sua origem histórica.

Há convergência entre Nascimento (1978) e Almeida (2021) na identificação da continuidade estrutural da desigualdade racial, ainda que com enfoques distintos: o primeiro enfatiza a dimensão política da denúncia, enquanto o segundo sistematiza sua base institucional.

No cenário contemporâneo, intensificam-se disputas interpretativas sobre o passado escravocrata. Lima *et al.* (2023) evidenciam a circulação de narrativas que relativizam a violência histórica ou a reconfiguram como fenômeno secundário.

Paralelamente, Ramalho (2023) aponta que a literatura atua como forma de reinscrição da experiência negra, tensionando os limites do arquivo institucionalizado. Ao recuperar vozes silenciadas, essas produções confrontam o enquadramento historiográfico tradicional. Kilomba (2019), por sua vez, destaca que a memória colonial persiste nas práticas sociais contemporâneas, evidenciando a continuidade de estruturas simbólicas de desumanização.

Dessa forma, a memória da escravidão configura-se como campo de disputa permanente, no qual diferentes narrativas tensionam sua interpretação e seus efeitos no presente. A análise evidencia que essa memória foi construída por meio de operações seletivas que minimizaram sua violência, permanecendo atravessada por conflitos que questionam sua estabilidade e seus efeitos estruturais..

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo evidenciou que a memória histórica da escravidão no Brasil foi construída por meio de processos seletivos que reorganizaram o passado sob uma narrativa de conciliação. A valorização da abolição como marco civilizatório contribuiu para atenuar a centralidade da violência estrutural do regime escravocrata, reduzindo a visibilidade de suas continuidades no período pós-abolição.

Verificou-se que o apagamento não corresponde à ausência de registros, mas a um mecanismo constitutivo da memória oficial. A marginalização de experiências negras e a consolidação de narrativas conciliatórias produziram uma reorganização simbólica do passado, evidenciando a articulação entre memória e poder na definição do que é reconhecido como herança histórica.

A análise do mito da democracia racial demonstrou seu papel na neutralização do conflito racial e na naturalização das desigualdades contemporâneas. Ao dissociar a escravidão do presente, essa narrativa contribui para sustentar o racismo estrutural.

As disputas contemporâneas em torno da memória da escravidão indicam que essa memória permanece como campo de conflito interpretativo. Produções

acadêmicas, culturais e literárias tensionam a narrativa hegemônica ao reinscrever experiências historicamente silenciadas, evidenciando seu caráter dinâmico.

Conclui-se que a memória histórica da escravidão no Brasil foi estruturada por operações simultâneas de seleção e apagamento, cujos efeitos permanecem na organização social contemporânea. A compreensão desses processos permite reconhecer que o passado escravocrata não está encerrado, mas continua a produzir efeitos nas hierarquias raciais do presente.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FERREIRA, Livia; JUVÊNCIO, Carlos Henrique. O esquecimento e a destruição na construção social da memória. TransInformação, Campinas, v. 37, e2510623, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/d9zVTD55JnLPPtf3fwxX8hs/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2026.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MISSIATO, L. A. F. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. Revista Memória em Rede, v. 13, n. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/20210>. Acesso em: 03 mar. 2026.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

RAMALHO, Thaís Melo Gomes. Memórias e vozes silenciadas: leituras sobre escravização, racismo e marginalização em Becos da memória, de Conceição Evaristo. Dossiê As escrituras de Conceição Evaristo, Sinop, v. 16, n. 44, p. 594-617, jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/11077>. Acesso em: 03 mar. 2026.

LIMA, P. R. S., SANTOS, E. F. DOS, TERRA, G. DE M.; SOUZA, E. D. de. Entre o apagamento da memória e a reescrita da história: a desinformação acerca da escravidão no Brasil. Conhecimento em Ação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/59349>. Acesso em: 03 mar. 2026.

VERÍSSIMO, Tânia Corghi. A escravidão como mal de arquivo: apagamento e acontecimento na história do Brasil. Alea: Estudos Neolatinos, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 149-165, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/vSYcr6smRNDmctpfB9S4dbQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2026.

